**EDITAL Nº 60/2025.**

**PROCESSO Nº 55/2025.**

**PREGÃO Nº 25/2025 - *Eletrônico*.**

 O MUNICÍPIO DE AJURICABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 876132530001-19, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando PREGÃO ELETRÔNICO do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS,** cuja sessão pública será realizada no SISTEMA PREGÃO ON LINE BANRISUL, endereço eletrônico [https://pregaobanrisul.com.br/](http://www.pregaobanrisul.com.br), necessitando as empresas estar credenciadas junto ao Portal de Fornecedores do Estado do RS, podendo ser acessada pelo endereço eletrônico www.portaldofornecedor.rs.gov.br. O presente procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da **Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021** e do **Decreto municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023**, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e nos seus Anexos.

 O Edital e seus Anexos poderão ser baixados por download nos endereços eletrônicos do Município [*https://www.ajuricaba.rs.gov.br/*](https://www.ajuricaba.rs.gov.br/), no link ***licitações***, no sistema PREGÃO ON LINE BANRISUL, no endereço eletrônico [https://pregaobanrisul.com.br/](http://www.pregaobanrisul.com.br/), ou poderá ser solicitado pelo e-mail compras@ajuricaba.rs.gov.br.

 Nos termos do Art. 183 da lei da **Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021**: Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

A presente licitação ***será preferencial às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.***

**1. OBJETO**

**1.1.** É objeto deste pregão **o Registro de Preços visando a contratação de oficinas mecânicas para veículos e máquinas, prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas rodoviárias (pesadas) e implementos agrícolas**, conforme descritos no Termo de Referência Anexo I. sendo que devem estar inclusas no preço todas as despesas operacionais, tais como combustível, deslocamentos, operadores, ferramentas, EPI’s, etc.

**1.2.** As quantidades são máximas, podendo, no entanto, a Administração não fazer uso da totalidade.

**2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1.** Data e hora limites recebimento de propostas: **10 de abril de 2025, às 08h20min.**

**2.2.** Data e hora da disputa de preços: **10 de abril de 2025, às 08h30min.**

**2.3.** Local: [**www.pregaoonlinebanrisul.com.br**](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br)**.**

**2.4.** Endereço para formalização de consultas, impugnações e recursos: https://pregaobanrisul.com.br/.

**2.5.** Modo de Disputa: Aberto.

**2.6.** Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de **R$ 10,00** (dez reais) absoluto em relação ao lance anterior.

**2.7.** Prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso de 15 (quinze) minutos.

**2.8.** Referência de tempo: será observado o horário de Brasília (DF).

**2.9.** Informações poderão ser obtidas através do telefone (55) 3387-0607 junto ao Setor de Compras ou pelo e-mail: **compras@ajuricaba.rs.gov.br**.

**3. DETALHAMENTO DO OBJETO E VALOR DE REFERÊNCIA**

**3.1.** Os itens e valores estimados para esta contratação são os dispostos no Termo de Referência anexo I deste Edital.

**4. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar da presente disputa para contratação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal do Fornecedor RS - <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/> e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

**4.2.** A licitante não credenciada poderá efetuar o pedido de credenciamento no Portal do Fornecedor RS, mediante o preenchimento de formulário eletrônico disponível no site <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/> .

**4.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para o acesso ao sistema eletrônico [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

**4.4.** A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio eletrônico.

**4.5.** Para participar deste procedimento, a proponente deverá manifestar, nos campos próprios do sistema eletrônico: (I) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação; (II) que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório; e (III) que está ou não está enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada.

**4.5.1.** A declaração falsa quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta e enquadramento sujeitará a participante às sanções previstas em lei e neste edital.

**4.6.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva de seu titular, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao Município de Ajuricaba, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que decorrentes de atos de terceiros.

**4.7.** A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Portal do Fornecedor RS, para imediato bloqueio de acesso e/ou concessão de nova senha.

**4.8.** **A presente licitação é preferencial à participação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Lei Complementar n° 123/06 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.**

**5. IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Não poderão participar do presente procedimento de licitação as pessoas físicas ou jurídicas que:

**5.1.1.** Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

**5.1.2.** Estejam em processo de falência ou concordata, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial; as pessoas jurídicas em recuperação judicial ou extrajudicial, cuja participação é permitida, deverão comprovar, na fase de habilitação, a aprovação e homologação judicial do respectivo plano de recuperação;

**5.1.3.** Estejam punidas com o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Ajuricaba/RS, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios-gerentes e/ou controladores participem de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, esteja impedida de licitar e contratar no mesmo âmbito, garantidos, nesta segunda hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa;

**5.1.4.** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ou cujos diretores, sócios-gerentes e/ou controladores participem de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, garantidos, nesta segunda hipótese, o direito ao contraditório e à ampla defesa;

**5.1.5.** Atuem em ramo divergente da atividade relacionada ao objeto deste Edital;

**5.1.6.** Estejam reunidas em consórcio, mesmo controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**5.1.7.** Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função neste procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

 **5.1.7.1**. A vedação constante no subitem anterior se estende às contratações cujo procedimento tenha sido deflagrado quando os dirigentes e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como àquelas iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**5.1.8.** Estejam enquadradas em qualquer das vedações constantes do art. 14 da Lei nº 14.133/2021 ou tenham em seu quadro societário pessoa física ou jurídica enquadrada nas mesmas vedações;

**5.1.9.** Não estejam credenciadas no Portal do Fornecedor RS.

**6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** No julgamento das propostas, será observado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, para a classificação dos licitantes, desde que as mesmas atendam às exigências deste Edital.

**6.2.** As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo facultado às participantes retirarem ou substituírem suas propostas, até o início da sessão da disputa.

**6.3.** A apresentação da proposta consiste em registrar o preço ofertado no sistema, nos campos próprios para tanto, bem como anexar arquivo único (extensões PDF, TXT, DOC, DOCX, XLS, XLSX, com tamanho máximo de 20 MB e páginas numeradas), conforme o modelo constante do Anexo II deste Edital.

**6.4.** Nos preços propostos e naqueles que vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto, bem como todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros custos que incidam ou venham a incidir sobre o preço.

**6.5.** As proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

**6.6.** Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou outra condição não prevista neste Edital.

**6.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.8.** A apresentação de proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer, quando for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

**6.9.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, presumindo-se este prazo quando não especificada a validade pela proponente.

**7. SESSÃO DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

**7.1.** Na data e horário previstos no preâmbulo deste, no site pregaoonlinebanrisul.com.br, o servidor responsável abrirá a sessão pública da licitação eletrônica, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste instrumento convocatório e seus anexos.

**7.2.** Caberá às participantes acompanharem as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, inclusive após o encerramento da etapa de lances, sendo responsáveis pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo servidor responsável ou automaticamente pelo sistema, ou em razão de sua eventual desconexão.

**7.3.** Cada participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances.

**7.4.** Somente poderá participar da rodada de lances quem tenha encaminhado tempestivamente sua proposta de preço e atendido aos requisitos estabelecidos no subitem 4.5 deste Edital.

**7.5.** As participantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando na sessão pública, até que esteja encerrada a fase de lances, sob pena de serem desclassificadas da disputa.

**7.6.** No início da sessão, o servidor responsável abrirá as propostas apresentadas e verificará sua conformidade, podendo realizar diligências quando forem necessárias, desclassificando as proponentes cujas ofertas não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.7.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.8.** Iniciada a etapa competitiva, as participantes deverão estar conectadas ao sistema, mediante a utilização de sua senha privativa, devendo efetuar seus lances exclusivamente por meio eletrônico, nos campos próprios do sistema Pregão Online Banrisul.

**7.9.** Será adotado o modo de disputa aberto, definido no art. 56, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, em que as concorrentes apresentam lances públicos e sucessivos.

**7.10.** Os participantes serão informados, em tempo real, do valor de cada lance registrado, sem que o autor do lance seja identificado pelos demais.

**7.11.** A participante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado, permitida a apresentação de lances intermediários.

**7.12.** Caso haja dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro.

**7.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, então, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.13.1.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.2.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances.

**7.14.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o servidor responsável poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.14.1.** Após o reinício previsto no subitem acima, as participantes serão convocadas a apresentar lances intermediários, sendo vedada a oferta de lance inferior ao lance vencedor.

**7.15.** Após o término das etapas estabelecidas nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.16.** Em caso de empate, incidirão os critérios definidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate, a Administração realizará sorteio preferencialmente através do sistema eletrônico.

**7.17.** Caso a participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

**7.18.** No caso de desconexão do servidor responsável, no decorrer da fase de lances do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às participantes para recepção de lances, retornando o servidor responsável, quando possível, à sua atuação na sessão, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.19.** Quando a desconexão do servidor responsável persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após a comunicação do fato pelo servidor responsável aos participantes.

**7.20.** Nas disputas que não forem destinadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, ou equiparadas, após encerrada a etapa de lances e definida a ordem final de classificação mencionada no subitem **7.15**, o sistema indicará, em havendo, a existência de ME/EPP, para que se aplique o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.20.1.** A identificação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, ou equiparadas, entre as participantes do certame, será efetuada automaticamente pelo sistema eletrônico com base na declaração de enquadramento de cada licitante, feita no momento da inclusão da sua proposta inicial.

**7.20.2.** Será adotado, para o exercício do direito de preferência pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, ou equiparadas, o procedimento descrito no item 9 deste Edital.

**7.21.** Concluída a etapa anterior, o servidor responsável convocará à negociação, pelo sistema eletrônico, a proponente que tenha apresentado melhor lance, visando obter preço mais vantajoso para a Administração Pública, não sendo admitida a negociação de condições não previstas neste instrumento convocatório.

**7.21.1.** A negociação poderá ser acompanhada pelas demais participantes e, quando encerrada, caso o valor proposto esteja dentro do estimado pela Administração, o servidor responsável efetuará, no sistema, o aceite do valor ofertado.

**7.22.** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, o servidor responsável poderá requisitar diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

(a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

(b) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

(c) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

(d) verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração Pública ou com Órgão ou Instituição privada;

(e) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

(f) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

(g) estudos setoriais;

(h) consultas às Secretarias da Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;

(i) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis de que proponente disponha para a prestação dos serviços;

(j) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**7.22.1.** A aceitabilidade das propostas não será condicionada à execução dos procedimentos indicados no subitem acima, ficando sua adoção subordinada ao julgamento do servidor responsável, em cada caso.

**7.23.** A participante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá, sob pena de desclassificação, encaminhar sua proposta de preços final, com os valores adequados ao seu último lance e acompanhada da respectiva documentação complementar, quando for o caso, conforme o Anexo II deste Edital.

**7.23.1.** A proposta final deverá ser enviada via sistema eletrônico, por meio da opção “Julgamento de Proposta”, no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do servidor responsável.

**7.23.2**. O prazo disposto no subitem acima poderá, a critério do servidor responsável, ser prorrogado por igual período, de ofício ou mediante solicitação da proponente.

**7.24.** Se a proposta final não for aceitável ou se a proponente, posteriormente, não atender às exigências de habilitação, o servidor responsável convocará a próxima classificada, retornando à fase de negociação descrita no subitem **7.21**, observada, quando for o caso, a preferência mencionada no subitem **7.20**.

**7.25.** A documentação complementar à proposta de preços, elencada no Anexo I deste Edital (planilhas, documentos técnicos, documentos ambientais, etc.), quando houver, deverá ser enviada através do sistema eletrônico, no mesmo prazo definido para o envio da proposta final.

**7.25.1**. Caso a inserção dos documentos complementares no sistema eletrônico não seja possível, em razão do formato ou do tamanho dos arquivos (aceitos somente PDF, DOC, XLS, TXT, PNG, JPG, JPEG, DOCX, XLSX, limitados a 20 MB por arquivo) ou de qualquer outro impedimento técnico, o servidor responsável decidirá a respeito e indicará, na sala de disputa do sistema eletrônico, a forma de envio a ser adotada.

**7.26.** A critério do servidor responsável, será desclassificada a participante que prejudicar a celeridade do certame, seja por ausência da sessão, seja por desatendimento de solicitações nos prazos definidos, especialmente quanto a eventuais ajustes que se façam necessários na proposta e/ou na documentação complementar.

**7.27.** Na fase de habilitação, serão exigidos os documentos mencionados no Item 10 deste Edital.

**7.28.** Encerrada a fase de habilitação e declarada a vencedora, ou esgotadas as participantes sem que alguma tenha atendido integralmente às exigências contidas neste Edital, será finalizada a sessão.

**7.29.** O servidor responsável poderá suspender e reabrir a sessão pública a qualquer momento, devendo ser observado pelas participantes o disposto no subitem **7.2**.

**8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

**8.1.** No julgamento das propostas será considerado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE.**

**8.2.** Será desclassificada, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a proposta que incidir em alguma das seguintes situações:

(a) contiver vício insanável;

(b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

(c) apresentar preços inexequíveis ou excessivos, assim considerados aqueles que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

(d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

(e) não atender a qualquer das exigências deste Edital, desde que insanável.

**8.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da proponente, para os quais ela renuncie expressamente à parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o servidor responsável poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância ou a validade jurídica das propostas e dos documentos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação.

**8.5.** O objeto será adjudicado à vencedora pelo Pregoeiro do Município de Ajuricaba/RS.

**8.6.** A adjudicação do objeto à participante vencedora da disputa e a homologação deste procedimento não implicarão direito à contratação.

**8.7.** A adjudicatária obriga-se a manter, durante toda a execução do objeto deste Edital, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento, devendo comunicar ao Município de Ajuricaba/RS, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção dessas condições.

**9. MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**

**9.1.** As microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP), os microempreendedores individuais (MEI) e outras a eles equiparadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando do envio da proposta inicial de preços, deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seu enquadramento nessas categorias.

**9.1.1**. A ausência dessa declaração no momento da inserção da proposta inicial importará a renúncia da licitante às prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/2006.

**9.1.2.** A declaração falsa quanto ao enquadramento como ME, EPP, MEI ou equiparada sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo.

**9.2.** Encerrada a fase de lances, caso ocorra a situação prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, em que uma proposta apresentada por ME, EPP, MEI ou equiparada seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema eletrônico informará automaticamente aos participantes a ocorrência de empate.

**9.2.1.** As empresas que se enquadrarem na situação de empate supramencionada poderão exercer seu direito de preferência, apresentando lance inferior àquele mais bem classificado, no prazo máximo de 05(cinco) minutos, contados da solicitação do servidor responsável pela condução da sessão pública.

**9.2.2.** A não apresentação de lance de desempate no prazo estabelecido acima importará decadência do direito de preferência à licitante enquadrada como ME, EPP, MEI ou equiparada.

**9.2.3.** Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada.

**9.3.** Se a ME/EPP/MEI mais bem classificada não exercer o direito de preferência, será convocada a próxima ME/EPP/MEI que se encontre dentro da margem de empate ficto, seguindo a ordem desclassificação.

**9.4.** Se o direito de preferência não for exercido por nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada, permanecerá classificada em primeiro lugar a autora do melhor lance quando encerrada a disputa.

**9.5.** O disposto nos subitens 9.2 a 9.4 aplica-se somente às disputas que não sejam destinadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais ou equiparadas.

**9.6.** As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, ou equiparadas que desejarem utilizar o benefício previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, que concede e essas empresas o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão apresentar, durante a sessão, no prazo definido no subitem **10.1**, toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que algum documento apresente restrições, conforme dispõe o caput do mesmo artigo.

**9.6.1**. O prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização da documentação será contado da data em que a participante ME, EPP, MEI, ou equiparada for declarada vencedora e será prorrogável por igual período, a critério do servidor responsável pela condução da sessão pública.

**9.6.2**. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar as participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato se este existir, ou revogar o procedimento, como dispõe o § 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.7.** Não fará jus aos benefícios concedidos às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas a empresa que, no ano-calendário de realização do procedimento, tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**10. HABILITAÇÃO**

**10.1.** A proponente classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá, sob pena de inabilitação, encaminhar a documentação de habilitação, via sistema eletrônico, no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do servidor responsável pela condução da sessão pública.

**10.1.1.** O prazo disposto no subitem acima poderá, a critério do servidor responsável, ser prorrogado por igual período, de ofício ou mediante solicitação da participante.

**10.2.** Para a habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**10.2.1. Habilitação jurídica:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações; ou registro comercial, no caso de empresa individual; ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, em se tratando de microempreendedor individual; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou documento oficial de identificação com foto, em se tratando de pessoa física;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, ou documento oficial que comprove a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em se tratando de pessoa física;

c) Declaração atualizada firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n° 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, poderão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses das Leis Complementares 123/2006 e 147/2014. ***Quando se tratar de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.***

d) Apresentar certidão correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), obtida no link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>, afim de comprovar sua regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em especial ao impedimento de contratar com o Poder Público.

**10.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;

b) CR FGTS - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

c) CND - certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal (conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751/2014) e pelas Fazendas Públicas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da participante;

d) CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho -TST, conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

e) as declarações abaixo exigidas que poderão estar contidas em um único documen­to:

- De cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

 - Que não mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função neste procedimento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (**A vedação se estende às contratações cujo procedimento tenha sido deflagrado quando os dirigentes e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como àquelas iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização**).

 - Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

 - Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

 - Que ainda não celebrou, no ano-calendário de realização do presente processo licitatório, contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. ***Quando se tratar de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.***

**10.2.3. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:**

a**)** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b) Declaração assinada pelo responsável pela empresa que dispõem de sede ou filial em um raio de no máximo 05 (cinco) quilômetros, tendo como centro o local onde está localizado o prédio do Centro Administrativo do Município.

b.1) Para empresas com distância superior a indicada acima, a referida documentação poderá ser substituída por declaração que procederá na instalação de uma nova filial no Município de Ajuricaba em um período não superior a 05 (cinco dias) uteis a contar da homologação do processo licitatório.

c) Licença Ambiental, da oficina mecânica dentro do raio de distância, expedida pelo órgão ambiental municipal (Resolução CONSEMA nº 372/2018 e suas alterações), ou FEPAM, para empreendimentos que a competência não seja municipal).

c.1) Em se tratando de empresa com sede/filial em local diverso do raio de distância, a apresentação da Licença Ambiental poderá ser substituída por declaração que a providenciará em tempo hábil para a Assinatura da Ata de Registro de preços (05 (cinco dias) uteis a contar da convocação para assinatura).

**10.3.** Os documentos mencionados nos subitens **10.2.1**, **10.2.2** e **10.2.3**. Deverão ser referentes ao estabelecimento proponente, em caso de filial, ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos pela matriz.

**10.4.** A verificação de documentos pelo Município de Ajuricaba/RS constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

**10.5.** Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis, ainda que autenticadas.

**10.6.** Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

 a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

 b) obtenção de documentos e informações que demonstrem situação pré-existente à abertura do procedimento; e

 c) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**10.7.** Na hipótese de dúvida sobre a autenticidade de quaisquer documentos mencionados neste Edital, resguarda-se à Administração a possibilidade de determinar diligências para a comprovação pertinente.

**11. CONTRATAÇÃO**

**11.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado ata de registro de preços.

**11.2.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogáveis nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, para assinar o contrato, ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**11.2.1.** A ata de registro de preços ou o contrato, quando for o caso, será enviado à adjudicatária por e-mail, para assinatura preferencialmente eletrônica.

**11.2.2**. Caso o representante legal da empresa, indicado na proposta de preços vencedora da disputa, não possua acesso ao sistema, deverá efetuar o cadastro necessário dentro do prazo supramencionado. As orientações para o acesso serão enviadas por e-mail.

**11.3.** Prazo de vigência da contratação e de execução, conclusão, entrega, observação e/ou recebimento definitivo, quando aplicáveis, serão estabelecidos no Termo de Referência Anexo I.

**11.4.** Quando da assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de vigência da contratação.

**11.5.** Antes de formalizar o contrato ou emitir instrumento equivalente, a Administração verificará a regularidade fiscal da empresa contratada e consultará a certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) no endereço https://certidoes.cgu.gov.br/, emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, como determina o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

**11.6. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital, salvo situações pontuais devidamente autorizadas pela contratante.**

**11.7.** Assinado o contrato ou aceito o instrumento equivalente, a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**11.8.** O termo de contrato será substituído pela nota de empenho da despesa, e o prazo para fornecimento dos materiais ou serviços passará a contar a partir da notificação/envio por e-mail deste, à empresa vencedora, nos casos de entrega imediata (até 30 dias) das mercadorias ou prestação de serviços, e nos casos de empenhos oriundos dos SRP - Sistema de Registro de Preços.

**11.9.** Os itens deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, demais normas da ABNT, INMETRO, entre outras exigências da legislação em vigor, atinente ao objeto licitado, assim como, deverá atender as prescrições contidas no Art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**11.10.** As despesas de seguro, frete, descarregamento, deslocamentos e demais custos e despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento do objeto contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.

**11.11.** Os itens serão recebidos provisoriamente por ocasião da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações do Edital e seus anexos, e o recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias corridos, contados do dia do recebimento provisório.

**11.12 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.12.1.** **O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano a contar da data de assinatura deste e poderá ser prorrogado, por igual período**.

**11.12.2.** Nos termos do Art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

**11.12.3.** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 5.909, de 15 de março de 2023.

**11.12.4.** O preço registrado não sofrerá qualquer reajuste, ressalvado o disposto no Art. 10º do decreto municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023.

 **11.12.5.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogáveis nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12. PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado preferencialmente em até 15 (quinze) dias após o recebimento das mercadorias ou serviços, recebimento de nota fiscal e após vistorias pelos responsáveis pela fiscalização do Município. Em caso de dificuldade financeira do Município o pagamento será de acordo com a disponibilidade financeira, observando a ordem cronológica de pagamentos, em observância ao Decreto-Executivo nº 5.923/2023 e em conformidade com a Resolução TCE/RS nº 1.033 de 13 de maio de 2015.

**12.2.** Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa exclusiva do Contratante. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

**12.3.** Serão processadas as retenções previdenciárias da Lei que regula a matéria e a retenção do Imposto de Renda, em constância com a IN RFB nº. 1.234/2012 e o artigo 4º do Decreto Executivo Municipal nº. 5801 de 21 de fevereiro de 2022, que já devem estar inclusas no preço proposto para os produtos e serviços.

**12.4.** Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, a contratada será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda às correções necessárias. Nesse caso, e também em hipóteses de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, os prazos para ateste e para pagamento serão suspensos até a regularização.

**12.5.** A cada procedimento de pagamento poderão ser verificadas a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como consulta relativa à situação da empresa no sistema de sanções da Controladoria Geral da União - CGU, quanto às penalidades referentes ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

**12.5.1.** Constatada situação de irregularidade, será instaurado processo de apuração de irregularidades, podendo ser retido o valor estimado da possível multa.

**12.6.** Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal/fatura destacar os valores correspondentes.

**12.6.1.** No caso de atraso na apresentação da documentação necessária para pagamento que acarrete o recolhimento dos tributos fora do vencimento original, o ônus será suportado pela empresa conforme as rotinas de pagamento da Administração.

**12.7.** O documento fiscal deverá ser apresentado após a realização do serviço, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato em cada Secretaria do Município, para verificação e atestação dos serviços.

**13. REAJUSTE**

**13.1.** Os valores unitários poderão ser reajustados anualmente, na proporção da variação do IPCA/IBGE, tomando-se como índice inicial o do mês correspondente ao imediatamente anterior ao da apresentação da proposta, ou outro índice a ser estabelecido pelo Governo Federal em legislação posterior aplicável à espécie.

**14. PENALIDADES**

**14.1.** Comete infração administrativa a participante da disputa que praticar as seguintes condutas:

A) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

B) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

C) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

D) ensejar o retardamento do procedimento de licitação sem motivo justificado;

E) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento de licitação ou no curso da contratação;

F) praticar ato fraudulento no procedimento de licitação eletrônica ou no curso da contratação;

G) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

H) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste procedimento;

I) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**14.2.** A instauração do processo de apuração de responsabilidade em relação ao participante da disputa ou à contratada ficará sujeita à análise do servidor responsável pela condução da sessão ou à solicitação do fiscal/gestor do contrato, considerando-se as justificativas apresentadas, bem como da Administração.

**14.3.** Para as condutas dispostas no subitem **14.1**, letras A, B, C e D, será aplicada a penalidade de Multa no montante de 0,5% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação ao quais o licitante participou). Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

**14.4.** Para as condutas dispostas no subitem **14.1** letras E, F, G, H e I a Multa no montante de 0,6% do valor adjudicado da licitação (apenas para os itens da licitação ao quais o licitante participou) deverá será culminada com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos. Quando o objeto não for adjudicado, será considerado o valor total estimado pela Administração para contratação.

**14.5.** Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

A) dar causa à inexecução parcial do contrato – Multa de 15% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS, pelo prazo de 01 (um) ano.

B) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo– Multa de 30% sobre o valor total inadimplido do empenho, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS, pelo prazo de 01 (um) ano.

C) dar causa à inexecução total do contrato - Multa de 5% sobre o valor total adjudicado no item inadimplido pelo licitante, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS, pelo prazo de 01 (um) ano.

D) ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado - Será aplicado a penalidade multa de 5% do valor total do empenho, acrescido de 2 % por dia útil de atraso, limitada a 05 (cinco) dias úteis (após os quais será considerado como inexecução contratual).

E) se negar, ou não assinar a ata, no prazo - Multa de 15 % sobre o valor total dos itens vencidos, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS, pelo prazo de 01 (um) ano.

**14.6.** Além das infrações acima indicadas, a contratada será responsabilizada administrativamente quando cometer as seguintes infrações:

A) se negar, ou não assinar a ata de registro de preço no prazo – Multa de 2,5 % sobre o valor total adjudicado pelo licitante no processo licitatório, cumulado com impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS, pelo prazo de 01 (um) ano.

**14.7.** Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da falta, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos dispostos no § 1º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**14.8.** A contratada poderá ser advertida por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado.

**14.9.** Consideram-se comportamentos inidôneos, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP/MEI e equiparadas, além do conluio entre as participantes da disputa, em qualquer momento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**14.10.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-H, 337-I, 337-J, 337-K e 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), com redação dada pela Lei nº 14.133/2021.

**14.11.** A aplicação de sanções previstas neste procedimento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

**14.12.** Os dados relativos às sanções aplicadas serão registrados no cadastro da participante ou contratada e, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de aplicação da sanção, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021, serão informados e atualizados junto ao sistema Banco de Sanções, da Controladoria-Geral da União - CGU, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**14.13.** O valor correspondente à multa estimada poderá, no curso da contratação vigente, ser retido de forma cautelar junto aos créditos devidos à contratada, o qual se converterá em pagamento, ao final da tramitação do correlato processo administrativo, sem prejuízo de eventual devolução, em caso de afastamento da penalidade e/ou retenção de maior valor.

**14.13.1.** A eventual devolução dos valores retidos será realizada com a incidência de atualização monetária pelo IPCA/IBGE desde a data da retenção do valor até a data da sua efetiva devolução.

**14.14.** Se o valor da multa superar os créditos da contratada na contratação correspondente ao inadimplemento objeto da penalidade, poderão ser retidos outros créditos da contratada, decorrentes de contratações diversas firmadas com o contratante, ainda vigentes.

**14.15.** Em caso de rescisão, nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**14.16.** A personalidade jurídica da participante ou contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na contratação ou para provocar confusão patrimonial, e nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**14.17.** Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de Ajuricaba/RS caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Ajuricaba, acessado no endereço: <https://diariooficialajuricaba.cespro.com.br/>.

**14.18.** Da decisão que aplicar à participante da disputa ou à contratada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caberá apenas pedido de reconsideração dirigido ao Prefeito Municipal de Ajuricaba/RS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação ou da publicação do ato no Diário Oficial Eletrônico de Ajuricaba.

**14.19.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.20.** É admitida a reabilitação da participante da disputa ou da contratada exigindo-se, cumulativamente, o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso do impedimento de licitar ou contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação previstas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia quanto ao cumprimento dos requisitos acima dispostos

**15. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio eletrônico, pelo site do Pregão Banrisul [https://https://pregaobanrisul.com.br/](https://www.pregaobanrisul.com.br).

**15.1.1.** Caberá ao Pregoeiro apreciar e decidir as impugnações ao Edital.

**15.1.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada endereço eletrônico [https://pregaobanrisul.com.br/](http://www.pregaobanrisul.com.br/) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.2.** As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo.

**15.3.** As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento ficarão disponíveis no site do Pregão Banrisul <https://pregaobanrisul.com.br/>, e no site do Município de Ajuricaba/RS <https://www.ajuricaba.rs.gov.br/licitacao>, sendo de integral responsabilidade das licitantes o acompanhamento das publicações lá inseridas.

**15.4.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame

**16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**16.2.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**16.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual por inobservância à LGPD.

**16.4.** Em atendimento ao disposto na LGPD, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, bem como a dados pessoais dos profissionais que prestarão os serviços pela CONTRATADA, tais como documentos comprobatórios (certificados oficiais) contendo os respectivos dados pessoais e informações quanto à habilitação e qualificação profissional.

**16.5.** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**16.6.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

**16.7.** Independentemente de declaração expressa, a simples participação no presente procedimento de licitação eletrônica implica aceitação tácita das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugná-lo a participante que, tendo-o aceito sem quaisquer objeções, vier, após o julgamento que lhe for desfavorável, manifestar-se acerca de eventuais falhas e/ou irregularidades que o viciem.

**16.8.** As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança da contratação

**16.9.** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da proponente do certame, desde que seja possível a exata compreensão da proposta e desde que não fique comprometido o interesse público, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

**16.10.** O servidor responsável pela condução da sessão, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais, observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a documentação apresentada.

**16.11.** É facultado, ainda, ao servidor responsável convocar as participantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas. Uma vez intimadas, as proponentes deverão atender ao solicitado no prazo determinado, sob pena de desclassificação.

**16.12.** Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer outro fato superveniente, que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

**16.13.** Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação de propostas.

**16.14.** Nenhuma indenização será devida às participantes pela elaboração e apresentação de documentação e/ou proposta relativa ao presente procedimento.

**16.15.** Em todas as fases deste procedimento, a Administração verificará a regularidade fiscal da participante, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e o Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, como determina o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

**16.16.** O presente procedimento somente poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros.

**16.17.** A participante declarada vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**16.18.** Havendo divergências entre:

a) a descrição do objeto prevista no Edital e aquela disposta no sistema eletrônico, prevalecerá a descrição deste Edital;

b) valores expressos em numerais e por extenso, prevalecerão os valores expressos por extenso;

c) preços unitários e preço total, prevalecerão os preços unitários.

**16.19.** A critério da Administração, a presente disputa poderá ter suas datas e horários remarcados, observados a necessidade e o interesse público.

**16.20.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer questões porventura emergentes do presente procedimento, com a renúncia expressa a qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

**16.21**. Fazem parte deste Edital de licitação os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Descrição itens / modelo proposta;

Anexo III - Minuta da ata de registro de Preços.

Ajuricaba, 25 de março de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Paulo Cláudio Dolovitsh

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

**PREGÃO N° 25/2025 - Eletrônico.**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** É objeto deste pregão **o Registro de Preços visando a contratação de oficinas mecânicas para veículos e máquinas, prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas rodoviárias (pesadas) e implementos agrícolas.**

**1.2.** A manutenção preventiva visa assegurar a conservação e a eficiência dos veículos e equipamentos, prevenindo falhas mecânicas, reduzindo custos operacionais e aumentando a vida útil da frota.

**1.3.** Já a manutenção corretiva é essencial para a pronta recuperação de veículos e máquinas que apresentem falhas ou avarias, garantindo sua funcionalidade e evitando paralisações prolongadas. Esse tipo de serviço abrange a substituição e o reparo de peças danificadas, correção de problemas mecânicos e estruturais, recuperação de motores, sistemas de transmissão e suspensão, além da revisão de sistemas hidráulicos e pneumáticos.

**1.4.** A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva é fundamental para garantir o bom andamento das atividades administrativas e operacionais do Município, proporcionando segurança e eficiência no uso dos veículos e equipamentos destinados às diversas secretarias. Com a realização dessas manutenções, busca-se evitar interrupções nos serviços públicos, otimizar recursos financeiros e assegurar que a frota municipal esteja sempre em plenas condições de uso.

**1.5.** A contratação se fundamenta em Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que integram este processo de contratação.

**3 – DESCRIÇÃO DOS ITENS E PREÇO DE REFERÊNCIA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Lote** | **Descrição** | **Desconto mínimo ofertado** | **Valor máximo da hora** |
| 01 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **de passeio, spins doblos, SUV’s, Pick up’s e Furgões.** | ------- | R$ 120,00 |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **de passeio, spins doblos, SUV’s, Pick up’s e Furgões.** |  % | ------- |
| 02 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Ônibus e micro-ônibus.** | ------- | R$ 150,00 |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Ônibus e micro-ônibus.** |  % | ------- |
| 03 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **vans e vans ambulância.** | ------- | R$ 140,00 |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **vans e vans ambulância.** |  % | ------- |
| 04 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Caminhões, F-4.000 e F-350.** | ------- | R$ 150,00 |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Caminhões, F-4.000 e F-350.** |  % | ------- |
| 05 | Prestação de serviços de manutenção nos sistemas elétricos de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias.** | -------- | R$ 155,00 |
| Peças de manutenção nos sistemas elétricos de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias.** |  % | ---------- |
| 06 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de **máquinas rodoviárias (pesadas) e tratores**. | -------- | R$ 150,00 |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de **máquinas rodoviárias (pesadas), tratores e implementos agrícolas.** |  % | ---------- |
| 07 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de **implementos agrícolas.** | -------- | R$ 130,00 |
| 08 | Prestação serviços de solda (mig e eletrodo) em peças e partes de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas, incluso eletrodos e outros materiais necessários para o serviço.  | ------- | R$ 150,00 |
| 09 | Prestação de serviços de torno para fabricação, conserto e manutenção de peças de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas. | ------- | R$ 150,00 |

**3.1.** Considerar-se-á a proposta mais vantajosa, para os fins deste pregão, nos lotes 01 a 06, aquela que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE, considerado este o menor VALOR TOTAL, apurados de acordo com a seguinte equação:

**VT = VP x (1 – D/100) + QH x VH**

Das definições:

VT = valor total em reais;

VP = valor estimado de peças de reposição por ano (R$);

D = percentual de desconto ofertado pelo licitante em relação às peças;

QH = número estimado de horas de serviços consumidas por ano;

VH = valor do preço da proposta do licitante pela hora trabalhada.

**3.2.** Para os lotes 07, 08 e 09 o participante que ofertar o menor valor por hora trabalhada.

**4 - DETALHAMENTO DO OBJETO E ESTIMATIVAS**

**4.1.** Será utilizado dados de quantitativos referentes ao consumo de peças e mão de obra durante o período da Ata de Registro de Preços de 2024, consultados no sistema de registro de preços do Município em 20/03/2025, que servirão de parâmetro para os licitantes de quantidades que foram utilizadas.

**4.2.** A tabela abaixo apresenta os veículos objeto do presente pregão de registro de preços, por lote:

|  |
| --- |
| **LOTE 01 - VEÍCULOS DE PASSEIO/SPINS/DOBLOS/SUV’s/PICK UP’s** |
| ***Veículo/Marca*** | ***Secretaria*** | ***Ano/mod*** | ***Placa*** | ***Chassi*** |
| FORD FIESTA 1.6 | AGRIC. | 2011/2012 | ISH6073 | 9BFZF55P4C8261989 |
| FIAT/UNO MILLE FIRE | GB. PREF. | 2002/2003 | IKX9I02 | 9BD15822534436706 |
| FIAT UNO MILLE WAY ECON, | ASS. SOC. | 2011/2012 | ISA8I62 | 9BD15844AC6590905 |
| FIAT SIENA ESSENCE 1.6 | ASS. SOC. | 2012/2013 | ITN5431 | 9BD197173D3028637 |
| CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ | SAÚDE | 2014/2014 | IVR3I83 | 9BGJC75Z0EB298734 |
| FIAT / SIENA ATTRACTIV 1.4 5P | SAÚDE | 2017/2018 | IYI0378 | 9BD19713HJ3349333 |
| CHEV/SPIN LTZ 1.8L AT | SAÚDE | 2018/2018 | IYP8499 | 9BGJC7520JB264206 |
| CHEV/SPIN LTZ 1.8L AT | SAÚDE | 2018/2019 | IYX7B27 | 9BGJC7520KB154578 |
| FIAT / CRONOS DRIVE  | SAÚDE | 2021/2021 | JAT2A87 | 8AP359A1DMU130417 |
| CHEV/SPIN 1.8L AT PREMIER | SAÚDE | 2022/2023 | JBN3H17 | 9BGJP7520PB141282 |
| RENAULT LOGAN (REC FED) | OBRAS | 2010/2010 | MHJ9187 | 93YLSR7UHAJ459522 |
| FIAT / DOBLO (REC FEDERAL) | OBRAS | 2011/2011 | ETA4J78 | 9BD119609C1089932 |
| FIAT STRADA FIRE | OBRAS | 2011/2012 | ISF9G88 | 9BD27803MC7438866 |
| PEUGEOT PARTNER FURGÃO | AGRIC. | 2016/2017 | IXQ6423 | 8AEGCN6A8HG523383 |
| FIAT STRADA ADVENTURE CD | OBRAS | 2010/2010 | IRB4E71 | 9BD27844DA7293621 |
| VW SAVEIRO (REC FED) | AGRIC. | 2009/2009 | ASG9696 | 9BWLB05U8AP083646 |
| HYUNDAI/CRETA A ACTION | SAÚDE | 2022/2023 | JBT8H60 | 9BHGA811BPP283956 |
| FIAT/STRADA FREEDOM 13CD | SAÚDE | 2022/2022 | JBF2E75 | 9BD281B3CNYX02301 |
| JEEP/RENEGADE SPOR 1.8 16V AUT | EDUC. | 2021/2021 | JBF1H91 | 98861115XMK46083 |
| HYUNDAI/CRETA 2.0 A PREST | GB. PREF. | 2019/2020 | IZS9H25 | 9BHGC813BLP147072 |
| PEUGEOT/2008 ALLURE PACK | PREFEITO | 2023/2024 | JCF8E40 | 936CMNFXBRB518669 |
| CHEV/SPIN 1.8L AT LT 7 | A SOCIAL | 2023/2024 | JCR0E96 | 9BGJJ7520RB169975 |
| **LOTE 02 - ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS** |
| ***Veículo/Marca*** | ***Secretaria*** | ***Ano/mod*** | ***Placa*** | ***Chassi*** |
| VW/15 190 EOD ESCOLAR HD | EDUC. | 2012/2012 | ITM 2718 | 9532E82W3CR246207 |
| MARCOPOLO/VOLARE V6 ON | EDUC. | 2009/2009 | IQH1921 | 93PB37D2M9C029758 |
| M. BENZ/OF 1519 R. ORE | EDUC. | 2013/2013 | IUV5207 | 9BM384069DB907069 |
| MICRO ÔNIBUS VOLARE | EDUC. | 2016/2016 | IYC1825 | 93PBA2UIAGS500366 |
| MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO,  | EDUC. | 2019/2020 | IZP5G09 | 93PB58M10LC099047 |
| **LOTE 03 - VANS E VANS AMBULÂNCIA** |
| ***Veículo/Marca*** | ***Secretaria*** | ***Ano/mod*** | ***Placa*** | ***Chassi*** |
| FIAT DUCATO MINIBUS | EDUC. | 2008/2009 | IPJ8764 | 93W245L3392035246 |
| FIAT DUCATO MC TCA MIC | SAÚDE | 2014/2014 | IVY7783 | 93W245H34E2137928 |
| FIAT DUCATO MC TCA AMBUL | SAÚDE | 2012/2013 | ITW1E96 | 93W245H34D2105403 |
| M. BENZ SPRINTER TH AMBUL | SAÚDE | 2005/2006 | IMW5766 | 8AC9036616A937869 |
| RENAULT MASTER AMBUL | SAÚDE | 2018/2019 | IZE1H38 | 93YMAFEXAKJ797247 |
| M.BENZ CDI SPRINTER TCA MIC | SAÚDE | 2019/2019 | IZS3C87 | 8AC906635KE175367 |
| I/M.BENZ SPRINTER 417 TCA AMB | SAÚDE | 2023/2024 | JCI9A88 | 8AC907643RE235047 |
| **LOTE 04 – CAMINHÕES, F-4.000 E F-350** |
| ***Veículo/Marca*** | ***Secretaria*** | ***Ano/mod*** | ***Placa*** | ***Chassi*** |
| CAMINHÃO FORD 13.000  | OBRAS | 1982/1982 | IGE0767 | LA79834417 |
| CAMINHÃO VW 23.210 MWM | OBRAS | 2004/2004 | ILX5D60 | 9BWWF82T14R27323 |
| CAMINHÃO FORD CARGO 2428 E | OBRAS | 2009/2009 | IPZ6B70 | 9BFYCEJX09BB34522 |
| CAMINHÃO FORD CARGO 2428 E | OBRAS | 2009/2009 | IPZ6B76 | 9BFYCEJX29BB34540 |
| CAMIONETA FORD F-350 G | OBRAS | 2010/2011 | IRN9I40 | 9BFJF3799BB082770 |
| CAMINHÃO FORD CARGO 1317 E | OBRAS | 2010/2011 | IRN9I31 | 9BFXCE2V4BBB73474 |
| CAMIONETA F-4.000 PRATA G | OBRAS | 2011/2011 | ISG0572 | 9BFLF479XBB090858 |
| CAMIONETA F-4.000 BRANCA G | OBRAS | 2011/2011 | ISG9066 | 9BFLF479XBB092481 |
| CAMINHÃO MB ATRON 2729K 6X4 | OBRAS | 2014/2014 | IVN2E30 | 9BM693388EB958223 |
| CAMINHÃO MB ATRON 2729 6X4 | OBRAS | 2014/2014 | IVW2C43 | 9BM693328EB964600 |
| CAMINHÃO MB ATEGO 2730K 6X4 | OBRAS | 2019/2019 | IZT2D37 | 9BM958170LB152295 |
| **LOTE 05 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS E MÁQUINAS EM GERAL** |
| Prestação de serviços técnicos de manutenção nos sistemas elétricos (peças e serviços) de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias.** |
| **LOTE 06 – MÁQUINAS RODOVIÁRIAS PESADAS** |
| ***Veículo/Marca*** | **Secretaria** | ***Ano*** | **Número** | **Chassi** |
| TRATOR CARREGADOR CASE W20E | OBRAS | 2004 | 6674 | HBZ0001983 |
| TRATOR CARREGADOR CASE W20B | OBRAS | 1990 | 6676 | JHF0016781 |
| MINICARREGADEIRA BOBCAT S175 | OBRAS | 2009 | 6675 | A3L520964 |
| RETROESCAVADEIRA RANDON RK406 | OBRAS | 2013 | 6680 | 000DA406AMC4W4422 |
| ESCAVADEIRA HID. KOMATSU PC130-8 | OBRAS | 2014 | 6682 | PINKMTPC02TEBB10267 |
| RETROESCAVAD. NH 4X4 B95B | OBRAS | 2022 | 8408 | HBZNB95BANAH28633 |
| RETROESCAVAD. NH 4X4 B95B | OBRAS | 2022 | 8409 | HBZNB95BLNAH28682 |
| ROLO COMPAC. DYNAPAC CA 250D | OBRAS | 2009 | 6673 | MOTOR 361624\*17 |
| MOTONIVELADORA CAT. 120K | OBRAS | 2013 | 6670 | CAT0120KJJAP01970 |
| MOTONIVELADORA NH RG170 | OBRAS | 2014 | 6671 | HBZN0170HEAF04624 |
| MOTONIVELADORA XCMG GR1803BR | OBRAS | 2023 | 8746 | XUG01803PPPB02195 |
| TRATOR AGRÍC. JOHN DEERE 6100J 4X4  | AGRIC | 2018 | 7440 | J04045B716878 |
| TRATOR AGRÍC. JOHN DEERE 6100J 4X4  | AGRIC | 2018 | 7441 | J04045B716677 |
| TRATOR AGRÍC. JOHN DEERE 6110E | OBRAS | 2012 | 6684 | IBM6110ETCA003253 |
| TRATOR MASSEY FERGUSON 265 | OBRAS | 1998 | 6683 | 265026713 |
| MINICARREGADEIRA NH L320 | OBRAS | 2023 | 8621 | JAFOL320LPM427385 |
| **LOTE 07 – IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS** |
| DISTRIBUIDOR ADUBO ORGÂNICO LÍQ. | AGRIC | -- | 6722 | \*\*\*\*\*\*\* |
| ROÇADEIRA HIDRÁULICA SRR 1800 | OBRAS | 2004 | 6734 | \*\*\*\*\*\*\* |
| ROÇADEIRA ARTICULADA HARPIA 1515  | OBRAS | 2017 | 6735 | \*\*\*\*\*\*\* |
| CARRETA TRATORIZADA BASCULANTE | AGRIC | -- | 870 | \*\*\*\*\*\*\* |
| COLHED. FORR./ENSILADEIRA JF C-120 | AGRIC | -- | 7775 | \*\*\*\*\*\*\* |
| LÂMINA REBOCADA GP 3600 R GIHAL | OBRAS | -- | 6728 | \*\*\*\*\*\*\* |
| COMPACTADOR VIB. REB. HID. LISO | OBRAS | -- | 7059 | \*\*\*\*\*\*\* |
| ENXADA ROTAT. ENCANTEIR. ALGOR | OBRAS | -- | 6738/6739 | \*\*\*\*\*\*\* |
| PERFURADOR SOLO LAVRALE OS-TM/E | OBRAS | 2017 | 6760 | 6301CH-06391 |
| ARADO ENVAL./PÁ CANALIZADORA | OBRAS | -- | 6729 | \*\*\*\*\*\*\* |
| **LOTE 08 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA** |
| Prestação serviços de solda (mig e eletrodo) em peças e partes de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas |
| **LOTE 09 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO** |
| Prestação de serviços de torno para fabricação, conserto e manutenção de peças de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas |

**4.3.** Levando-se em conta os dados de valores pagos em peças e por hora efetivamente trabalhadas, são demonstrados a seguir, a título de informação, tabela por lote, os valores levantados de peças e prestação de serviços do ano de 2024. Nota-se que o valor vem aumentando, ano a ano, sendo compreensível devido ao aumento da frota de veículos e máquinas e do desgaste pelo uso destes com o passar do tempo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Veículo/Marca*** | ***Materiais (R$)*** | ***Serviços (Hora)*** |
| LOTE 01 - VEÍCULOS DE PASSEIO/SPINS/DOBLOS/SUV’s/PICK UP’s | 76.255,00 | 420 |
| LOTE 02 - ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS | 72.200,00 | 332 |
| LOTE 03 - VANS E VANS AMBULÂNCIA | 15.800,00 | 35 |
| LOTE 04 - CAMINHÕES, F-4.000 E F-350 | 241.680,00 | 670 |
| LOTE 05 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA VEÍCULOS/MÁQUINAS GERAL | 107.521,00 | 677 |
| LOTE 06 - MÁQUINAS PESADAS/RODOVÍÁRIAS | 316.892,00 | 1.182 |
| LOTE 07 - MÁQUINAS AGRÍCOLAS (IMPLEMENTOS) | --------- | 400 |
| LOTE 08 - SERVIÇOS DE SOLDA | -------- | 1.100 |
| LOTE 09 - SERVIÇOS DE TORNO | -------- | 745 |

**4.4.** O Objeto para fins de julgamento e as quantidades máximas a serem registradas neste pregão de registro de preços, serão admitidas as quantidades da tabela abaixo, sendo que serão empenhadas as quantidades conforme forem sendo consumidas durante o ano, desta forma estas quantidades poderão e provavelmente não serão consumidas em sua totalidade, não gerando compromisso ao Município as quantidades não utilizadas por este.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Lote** | **Valor Peças** | **Quantidade Horas** |
| Lote 1 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores (peças e serviços) de **veículos de passeio, spins, doblos, SUV’s, Pick up’s e Furgões.** | R$ 150.000,00 | 750 H |
| Lote 2 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores (peças e serviços) de **veículos Ônibus e micro-ônibus** | R$ 120.000,00 | 600 H |
| Lote 3 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores (peças e serviços) de **vans e vans ambulância.** | R$ 120.000,00 | 500 H |
| Lote 4 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores (peças e serviços) de **Caminhões, F-4.000 e F-350.** | R$ 400.000,00 | 1.500 H |
| Lote 5 - Prestação de serviços técnicos de manutenção nos sistemas elétricos (peças e serviços) de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias**   | R$ 200.000,00 | 1.500 H |
| Lote 6 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de máquinas rodoviárias pesadas e implementos agrícolas (peças e serviços) de **motoniveladoras, Tratores carregadores, Retroescavadeiras.** | R$ 500.000,00 | 2.000 H |
| Lote 7 - Prestadora de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de implementos agrícolas. | XXXX | 1.000 H |
| Lote 8 - Prestação serviços de solda (mig e eletrodo) em peças e partes de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas | XXXX | 1.500 H |
| Lote 9 - Prestação de serviços de torno para fabricação, conserto e manutenção de peças de veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas | XXXX | 1.000 H |

**5 – REGISTRO DE PREÇO**

**5.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano a contar da data de assinatura deste e poderá ser prorrogado, por igual período.

**5.2.** Nos termos do Art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

**5.3.** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 5.909, de 15 de março de 2023.

**5.4.** O preço registrado não sofrerá qualquer reajuste, ressalvado o disposto no Art. 10º do decreto municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023.

**5.5.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogáveis nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Os bens/serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.3.** Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de bens/serviços, conforme disposto no item 1 deste termo de referência, conforme as seguintes especificações/condições.

**8 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**8.1.** A manutenção abrangerá todos os componentes de painel, motor, suspensão, pneumático, de arrefecimento, de freios, de direção, de ar-condicionado, de transmissão e de alimentação de combustível, bem como a aplicação de peças e acessórios originais de 1º linha, novos, sem uso.

**8.2.** Os serviços nos sistemas elétricos, serão contratados em lote especifico (lote 5), para todos os veículos e máquinas, separado, podendo as empresas vencedoras dos lotes 1, 2, 3, 4 e 6 (passeio, vans e Doblos, Pick ups, Caminhões, máquinas rodoviárias e tratores) efetuarem pequenos reparos elétricos de menor complexidade, tais como substituição de lâmpadas, fusíveis, etc, e quando constatarem que o problema é de maior complexidade e que não tenham condições técnicas de efetuar o serviço, informar o Município, para que o mesmo possa encaminhar os veículos para o vencedor do lote 5.

**8.3.** São considerados serviços de manutenção preventiva, aqueles realizados em conformidade com as especificações técnicas do fabricante, realizados de acordo com o tempo indicado constante no manual de manutenção do veículo, de modo a mantê-lo em perfeito estado de funcionamento, como troca de óleo e filtros, etc.;

**8.4.** São considerados serviços de manutenção corretiva todos os reparos técnicos, inclusive diagnósticos, decorrentes de problemas mecânicos constatados no veículo, bem como, todos os procedimentos necessários ao pronto retorno do equipamento às condições normais de operação.

**8.5.** Os serviços serão realizados nas instalações da Contratada, sempre que possível, de acordo com tabelas tempárias de mão de obra para reparação de veículos, que serão consultados pelo Município em sistema/software de cálculo de reparação de veículos, sendo este para os itens 1 ao 5 o da empresa Cilia Tecnologia Ltda, ou outro, caso o Município vier a substitui-lo e para o item 6, o sistema Traz Valor, que o Município tem licença de uso, ou outro, caso o Município vier a substitui-lo. ***Sobre o preço da peça verificado pelo Município no software/tabela da montadora para o sistema Cilia e software/tabela peças genuínas/original para o Sistema Traz valor, será aplicado o percentual de desconto proposto pela contratada na licitação, sendo este o valor máximo admitido para o item. Se o orçamento detalhado da empresa para a peça for menor que o valor da peça já aplicado o desconto, o Município optará pelo valor menor, não ficando obrigado a pagar o valor da peça com o desconto da proposta da licitação, mas sim o menor valor obtido***. Caso a peça, lubrificantes, aditivos, desengraxantes, etc, não conste no catalogo do software contratado pelo Município, este poderá, a seu critério, fazer pesquisas de preços, inclusive em sites da internet, neste caso, não se aplicando o desconto, pois o valor auferido não será o da montadora/original, mas sim o de mercado.

**8.6.** A contar do recebimento do veículo na oficina, a Contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, **“orçamento detalhado” contendo marca e código da peça (preferencialmente código da montadora), dos reparos a serem realizados para aprovação do fiscal ou responsável da Secretaria solicitante**, discriminando: as peças a serem substituídas, com o respectivo valor e o valor da mão de obra. O prazo previsto para o conserto e devolução do veículo. De posse do “orçamento detalhado”, após avaliação, em havendo aprovação, a Contratante empenhará e autorizará a realização do serviço. A partir da autorização, inicia o prazo estabelecido para a execução dos serviços e devolução do veículo, devidamente testado;

**8.7. O serviço deverá ser prestado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de aprovação do “orçamento detalhado”, expedida pelo Contratante, caso as peças tenham que ser encomendadas pela empresa este tempo poderá ser estendido, até o máximo de 5 dias úteis;**

**8.8.** A Contratada deverá dar prioridade de execução nos serviços nos veículos da Contratante, visando à redução dos tempos de imobilização dos mesmos;

**8.9.** A Contratada realizará todos os serviços autorizados pela Contratante, de acordo com as técnicas e os tempos-padrão estabelecidos pelo fabricante;

**8.10.** Se determinado serviço não constar no sistema de orçamentação adquirido pelo Município, ou se os materiais/peças a serem aplicados não constarem do catálogo de peças do fabricante no sistema/software, poderá ser feita pesquisa de mercado (podendo ser através de site da internet de peças similares), sendo considerado inclusive o preço da contratada, que caso seja maior que os demais, poderá adequar (diminuir) seu preço ou o Município poderá adquirir as peças de outro fornecedor;

**8.11.** Na execução do objeto, a Contratada deverá se ater ao número de horas estabelecido nas tabelas tempárias do software contratado pelo Município, em relação a cada serviço a ser prestado, ou ainda, na comparação com registros de manutenção da frota Municipal, sendo que o fiscal de contrato de cada Secretaria pode aceitar o tempo mesmo diferente do da tabela do software, desde que o tempo seja aproximado a este, ou o fiscal tenha verificado in loco o tempo decorrido, podendo em caso de grande divergência de tempo realizar orçamento para verificação do tempo para a reparação;

**8.12.** Em caso de retorno do veículo à oficina, após a realização da manutenção (corretiva ou preventiva), a Contratada deverá formalizar, por escrito, os motivos do retorno.

**8.13.** A contratada deverá disponibilizar a presente prestação de serviços: área de trabalho suficiente para a manutenção do veículo licitado; área fechada, coberta e segura para o veículo e equipamentos e ferramentas necessárias a prestação dos serviços.

**8.14*. Caso a manutenção seja especializada e a empresa não tenha condições de prestar os serviços, tais como retifica de motores, reformas de diferenciais ou outras similares, o vencedor do item deverá fornecer orçamento detalhado das peças e serviços a serem prestados para a manutenção especifica, ocasião que o Município poderá efetuar processo licitatório ou dispensa para a contratação deste***.

**9 – CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**9.1.** O serviço deverá ser prestado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de aprovação do “orçamento detalhado”, expedida pelo Contratante, caso as peças tenham que ser encomendadas pela empresa este tempo poderá ser estendido, até o máximo de 5 dias úteis;

**9.2.** Os serviços deverão ser prestados nas instalações da Contratada.

**9.3.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no término da execução do serviço, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo.

**9.4.** Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

**9.5.** O recebimento definitivo do serviço se dará no prazo de 10 (dez) dias de observação, para que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**9.6.** Caso não estejam de acordo com o exigido a contratada será notificada para no prazo de 02 (dois) dias úteis, solucionar os problemas apontados.

**10 - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1.** A empresa deverá ter sede ou filial em um raio de no máximo 05 (cinco) quilômetros, tendo como centro o local onde está localizado o prédio do Centro Administrativo do Município.

**10.2.** Justifica-se a contratação apenas de empresa que tenha sede ou filiais no raio estipulado, em razão de otimizar-se o tempo de deslocamento à oficina, contribuindo sobremaneira para agilizar o processo de conserto e a racionalização dos custos para o Município, ademais os veículos e máquinas podem danificar em localidades interioranas e inviabilizar o deslocamento destes até oficinas localizadas em distâncias maiores. Salienta-se, que o perímetro estipulado abrange a todas empresas da cidade de Ajuricaba.

**10.3.** A entrega e busca do veículo será a cargo da Contratante, e a realização dos serviços deve ocorrer na sede ou filiais da Contratada, que estejam dentro do perímetro delimitado anteriormente. A devolução do mesmo dar-se-á no local da realização dos serviços.

**11 - DA FIXAÇÃO DE RAIO PARA A CONTRATAÇÃO**

**11.1.** Por questões de economicidade e eficiência operacional será necessário, a contratação de empresas que possuam sede ou filial em um raio máximo de **5 (cinco) quilômetros**, tendo como centro o prédio do **Centro Administrativo do Município de Ajuricaba.**

**11.2.** Dentre os principais motivos que justificam essa exigência, destacam-se:

**11.2.1.** **Otimização do Tempo de Deslocamento:** O tempo necessário para levar os veículos e máquinas até a oficina influencia diretamente a disponibilidade da frota para atender às demandas públicas. Empresas localizadas dentro do perímetro estabelecido reduzem significativamente esse tempo, permitindo que os serviços sejam executados com maior rapidez.

**11.2.2. Redução de Custos Operacionais:** O deslocamento de veículos e máquinas até oficinas distantes pode gerar custos adicionais com combustível, logística e até mesmo necessidade de transporte especializado, principalmente em casos de panes severas.

**11.2.3. Maior Agilidade em Manutenções Emergenciais:** Veículos essenciais, como ambulâncias, ônibus escolares e máquinas utilizadas para manutenção de estradas, podem necessitar de reparos urgentes. Empresas próximas possibilitam intervenções mais ágeis, reduzindo o tempo de inatividade dos equipamentos e garantindo a continuidade dos serviços à população.

**11.2.4. Facilidade na Fiscalização e Acompanhamento dos Serviços:** Com fornecedores estabelecidos no perímetro estipulado, a administração municipal pode exercer um controle mais rigoroso sobre a qualidade dos serviços prestados, realizando vistorias presenciais frequentes e garantindo o cumprimento das exigências contratuais.

**11.2.5. Consideração das Características Locais:** O perímetro definido contempla todas as empresas do município de Ajuricaba, garantindo que a exigência não restrinja indevidamente a concorrência e que os benefícios da contratação permaneçam dentro da própria cidade, fortalecendo a economia local.

**11.3.** Dessa forma, a limitação geográfica imposta não apenas garante maior eficiência na prestação dos serviços de manutenção da frota municipal, mas também se alinha ao princípio da economicidade e da racionalização de recursos públicos, promovendo um equilíbrio entre competitividade e efetividade na execução dos serviços.

**12 - DAS PEÇAS A SEREM EMPREGADAS**

**12.1.** A contratada deverá empregar preferencialmente peças originais, sendo vedado o emprego de peças paralelas e aceitável o emprego de peças genuínas.

**12.2.** Para efeito de esclarecimento dos termos utilizados na definição da origem das peças empregadas, especificamos abaixo o seu significado:

1. PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo ou Máquina. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras.
2. PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca.
3. PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e aos parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.

# 13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

c) apresentar, durante a execução dos serviços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

d) permitir a fiscalização pelo contratante;

e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

f) comprovar quando o Município solicitar a qualificação técnica de cada membro da equipe de funcionários que se responsabilizarão pelos trabalhos, através da apresentação de certificação ou atestados de treinamento em entidades de ensino que deem treinamento e/ou os cursos necessários para a execução das tarefas oriundas deste;

g) apresentar, quando solicitado pela Contratante, laudo técnico, devidamente assinado e com o carimbo da empresa, referente às condições de conservação do objeto;

h) apresentar, por escrito, quando solicitado pela Contratante, relatório técnico dos serviços realizados;

i) as empresas deverão possuir alvará de funcionamento compatível com os serviços contratados e demais documentos necessários para o pleno funcionamento das suas atividades;

j) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bens em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço de manutenção ou de materiais empregados;

k) manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação;

l) designar um funcionário com o qual possa ser feito contato sempre que for necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos bens que fazem parte do contrato. O nome deste funcionário deverá ser informado ao Município imediatamente após a homologação do certame e assinatura da Ata de registro de Preços e, em caso de mudança, o nome do novo encarregado deve ser informado, por escrito, ao Município.

**14 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**14.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado contrato e emitido instrumento equivalente EMPENHO.

**14.2.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogáveis nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, para assinar o contrato/Ata de registro de preços, ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.3.** A ata de registro de preços ou o contrato, quando for o caso, será enviado à adjudicatária por e-mail, para assinatura preferencialmente eletrônica.

**14.4.** Caso o representante legal da empresa, indicado na proposta de preços vencedora da disputa, não possua acesso ao sistema, deverá efetuar o cadastro necessário dentro do prazo supramencionado. As orientações para o acesso serão enviadas por e-mail.

**14.5.** Quando da assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de vigência da contratação.

**14.6.** Antes de formalizar o contrato ou emitir instrumento equivalente, a Administração verificará a regularidade fiscal da empresa contratada e consultará a certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) no endereço https://certidoes.cgu.gov.br/, emitindo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, como determina o § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021

**14.7.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica para a execução do objeto deste termo de referência (sob pena de inexecução contratual).

**14.8.** Assinado o contrato ou aceito o instrumento equivalente, a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 1314 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**14.9.** O termo de contrato será substituído pela nota de empenho da despesa, e o prazo para fornecimento dos materiais ou serviços passará a contar a partir da notificação/envio por e-mail deste, à empresa vencedora, nos casos de entrega imediata (até 30 dias) das mercadorias ou prestação de serviços, e nos casos de empenhos oriundos dos SRP - Sistema de Registro de Preços.

**14.10.** Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, demais normas da ABNT, INMETRO, entre outras exigências da legislação em vigor, atinente ao objeto deste termo de referência, assim como, deverá atender as prescrições contidas no Art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**14.11.** As despesas de seguro, frete, descarregamento, deslocamentos e demais custos e despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento do objeto contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.

**15 – GARANTIA DO SERVIÇO**

**15.1.** A garantia dos serviços prestados compreende a substituição de material, defeitos de funcionamento, fabricação, montagem, desgaste prematuro, envolvendo obrigatoriamente, a substituição das peças e o refazimento dos serviços.

**15.2.** O período da garantia das peças e serviços é de 06 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo dos serviços.

**15.3.** O prazo de atendimento e solução dos problemas é de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação. Não havendo qualquer manifestação, a contratante providenciará o conserto e/ou realização do serviço devendo ser indenizado pela contratada.

**16 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado preferencialmente em até 15 (quinze) dias após o recebimento das mercadorias, recebimento de nota fiscal e após vistorias pelos responsáveis pela fiscalização do Município. Em caso de dificuldade financeira do Município o pagamento será de acordo com a disponibilidade financeira, observando a ordem cronológica de pagamentos, em observância ao Decreto-Executivo nº 5025/2016 e em conformidade com a Resolução TCE/RS nº 1.033 de 13 de maio de 2015.

**16.2. Deverá estar discriminado no documento fiscal o serviço efetivamente prestado, as peças substituídas e a placa do veículo.**

**16.3.** Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento a empresa contratada será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda as correções necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do pagamento será interrompido, reiniciando a contagem do momento em que forem sanadas as irregularidades.

**17 - VIGÊNCIA**

**17.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses** prorrogáveis por igual período em conformidade com a legislação vigente.

**18 – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

**18.1.** A fiscalização será exercida pelos servidores indicados por cada Secretaria, e na falta de indicação a fiscalização ficará a cargo do responsável pela pasta.

**18.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**18.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**18.4.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**18.5.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**18.6.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**PREGÃO N° 25/2025 - Eletrônico.**

**ANEXO II - DESCRIÇÃO ITENS / MODELO PROPOSTA**

|  |
| --- |
| **DADOS DA EMPRESA** |
| Razão Social:  | CNPJ: |
| E-mail:  | Telefone: |
| Logradouro:  | Nº: | CEP: |
| Cidade:  | Estado: |
| **DADOS DO** **RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA** |
| Nome: | CPF:  | RG: |
| E-mail do responsável para assinatura eletrônica de documentos: |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote** | **Descrição** | **VP** | **QH** | **Desconto ofertado** | **Valor da hora** | **VT ofertado** |
| 01 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **de passeio, spins, doblos, SUV’s, Pick up’s e Furgões.** | ------ | 750 H | ------- | R$  | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **de passeio, spins, doblos, SUV’s, Pick up’s e Furgões.** | R$ 150.000,00 | ------ |  % | ------- |
| 02 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Ônibus e micro-ônibus.** | ------ | 600 H | ------- | R$ | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Ônibus e micro-ônibus.** | R$ 120.000,00 | ------ |  % | ------- |
| 03 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **vans e vans ambulância.** | ------ | 500 H | ------- | R$ | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **vans e vans ambulância.** | R$ 120.000,00 | ------ |  % | ------- |
| 04 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Caminhões, F-4.000 e F-350.** | ------ | 1.500 H | ------- | R$  | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **Caminhões, F-4.000 e F-350.** | R$ 400.000,00 | ------ | % | ------- |
| 05 | Prestação de serviços de manutenção nos sistemas elétricos de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias**   | ------ | 1.500 H | -------- | R$  | R$ |
| Peças de manutenção nos sistemas elétricos de **Caminhões, Ônibus, veículos em geral e máquinas rodoviárias**   | R$ 200.000,00 | ------ | % | ---------- |
| 06 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de **máquinas rodoviárias (pesadas)**  | ------ | 2.000 H | -------- | R$ | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de **máquinas rodoviárias (pesadas) e implementos agrícolas**   | R$ 500.000,00 | ------ | % | ---------- |
| 07 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de **implementos agrícolas** | ------- | 1.000 H | ------ | R$ | R$ |
| 08 | Prestação serviços de solda (mig e eletrodo) em peças e partes de **veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas**, incluso eletrodos e outros materiais necessários para o serviço.  | ------- | 1.500 H | ------- | R$ | R$ |
| 09 | Prestação de serviços de torno para fabricação, conserto e manutenção de peças de **veículos, máquinas rodoviárias e implementos agrícolas** | ------- | 1.000 H | ------- | R$ | R$ |

Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de 60 dias, e declaramos que estamos cientes que os materiais e serviços deste edital, deverão ser prestados/entregues em todo o território do Município de Ajuricaba, sem qualquer custo adicional ao Município.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

*Assinatura do representante legal da empresa,*

*Identificação da empresa.*

**ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2025.**

**PREGÃO N° 25/2025 - Eletrônico.**

Aos xxx dias do mês de xxxxxxxxx de dois mil e vinte e cinco, de um lado o Município de Ajuricaba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.613.253/0001-19, com sede administrativa à Rua Oscar Schmidt nº 172, neste ato, representado por seu Prefeito, Senhor PAULO CLÁUDIO DOLOVITSCH, brasileiro, casado, agente político, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxx, no uso de suas atribuições legais e de outro lado, a empresa, adjudicatária do item abaixo, homologado em xx/xx/2025, doravante denominado FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente ata que terá efeito de **compromisso de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,** nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório, devendo ser publicada no devido prazo legal e estando devidamente e consoante as cláusulas que se seguem:

**1.** **DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir da data disposto no item 5 da ata de registro de preço, ficam registrados neste Município de Ajuricaba/RS, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **compromisso de xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

**1.1.** Empresa XXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, estabelecida na XXXX, neste ato representada por XXXX, brasileiro (a), solteiro (a), sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº xxx, portador da CI-RG nº xxxxx SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de xxxxx/RS, para os seguintes itens:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote** | **Descrição** | **VP** | **QH** | **Desconto ofertado** | **Valor da hora** | **VT ofertado** |
| 01 | Prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos xxxxxxxxxxx. | ------ | xxx H | ------- | R$  | R$ |
| Peças e lubrificantes para manutenção preventiva e/ou corretiva de veículos automotores **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.** | R$ xx.xxx,xx | ------ |  % | ------- |

***Total registrado: R$ xxx (xxxxx reais).***

**2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** O ajuste com o fornecedor/prestador de serviços registrado será formalizado pelo Município mediante empenho, observadas as disposições contidas no Edital ou Aviso de Dispensa e no Termo de Referência.

**2.1.** O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O Município adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

**4.** **DOS PREÇOS:** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Município convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

**4.1.** Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o Município poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

**4.2.** O preço registrado não sofrerá qualquer reajuste, ressalvado o disposto no Art. 10º do decreto municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023.

**4.3.** O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

**5.** **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano a contar de xx/xx/2025 e poderá ser prorrogado, por igual período.

**6.** **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado nos termos do Art. 9º do decreto municipal nº 5.909 de 15 de março de 2023.

**7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** As infrações cometidas na vigência deste instrumento serão regidas pelo disposto no subitem 14 do **edital nº 60/2025**, **pregão nº 25/2025** - eletrônico, **processo de compras nº 55/2025**, independentemente de menção expressa neste instrumento.

**8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**9. DO FORO:** É eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente compromisso de fornecimento, sem prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Certos e ajustados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito.

Paulo Cláudio Dolovitsch,

Prefeito.

xxxxxxx,

Empresa.

Egone Francisconi Reimann,

Assessor Jurídico OAB/RS 125386.